

Antecedentes Pré-Históricos dos Castros da Idade do Ferro: os Castros da Idade do Cobre em Portugal

POR

Octávio da Veiga Ferreira

A ideia ou a necessidade dos povos da Lusitânia se fortificarem no alto dos montes ou escarpas alcantiladas é evidente que não começou na Idade do Ferro, nem tão-pouco foi o resultado duma defesa ao invasor romano. Muito antes, mesmo muitos anos antes essa necessidade de defesa foi uma realidade hoje bem demonstrada pelos modernos trabalhos de arqueologia em Portugal.

Dum lado o começo da sedentarização a partir da revolução neolítica, doutro lado a necessidade de defesa contra o invasor ou mercador longínquo egeano determinaram que as diversas tribos lusitanas, há pouco saídas do nomadismo puro do Paleolítico superior, se acautelassem e se fortificassem no alto dos montes isolados para melhor defenderem as suas vidas e seus haveres.

Não vamos nesta comunicação fazer a historiografia desses povos neolíticos, os primeiros a construir esses castros de defesa, mas falar sucintamente de algumas das mais importantes fortalezas da Idade do Cobre que aproveitaram, no todo ou em parte, as primitivas defesas neolíticas e que são hoje conhecidas por castros ou castelos primitivos.

Durante muito tempo se pensou que os chamados castros ou fortalezas de pedras miúdas com cubelos redondos eram essencialmente da Idade do Bronze, porém, a pouco e pouco, e, espe-

cialmente, a partir dos trabalhos arqueológicos realizados em Vila Nova de S. Pedro (Cartaxo), Zambujal (Torres Vedras), Penha Verde (Sintra), Pedra de Ouro (Alenquer), Olelas (Sintra), Liceia (Barcarena), Columbeira (Bombarral), Rotura e Chibanes (Setúbal), etc., se verificou que todos estes castros eram de fundação neolítica ou tinham um fundo neolítico tendo todos tido um período áureo na época campaniforme, ou seja em plena Época do Cobre, e alguns chegaram a ser romanizados. Quase todas estas fortalezas desde o Algarve até o rio Tejo foram abandonadas em plena Idade do Ferro, porém, algumas, com muito raras exceções, chegaram a ser romanizados. Os povos do sul, em virtude de uma maior civilização e abertura aos povos mediterrânicos de cultura mais evoluída, cedo se desenvolveram até o ponto de essa defesa permanente de épocas passadas deixar de ser necessária e imperiosa.

O mesmo não sucede a partir do Tejo para o norte em especial nas regiões montanhosas das Beiras, Minho e Trás-os-Montes com continuação para toda a Galiza e Norte de Espanha.

As fortalezas, pertencentes ou melhor aproveitadas, por excelência, na Idade do Cobre são o Castro de Vila Nova de S. Pedro no Cartaxo, o Castro da Pedra de Ouro em Alenquer, o da Columbeira no Bombarral, o do Zambujal em Torres Vedras, o de Liceia, mesmo na povoação com este nome, cerca de Barcarena, o de Olelas, a nascente da Granja do Marquês (Sintra), o da Penha Verde (Sintra) e os de Rotura e Chibanes perto de Setúbal, etc. Não deixaremos também de mencionar alguns castros últimamente descobertos no Alentejo e que estão agora a ser escavados?

É bem evidente que de todos estes castros ocupados pela civilização do cobre apenas dois se podem considerar em adiantado estado de exploração e cujas conclusões trouxeram um conhecimento muito importante para o estudo da gênese dessas fortificações, povos que as ocuparam e civilizações que deixaram (Fig. 1).

Em todos estes castros é comum o chamado «horizonte de importação a que os arqueólogos alemães chamam o «estádio de colónias» designação com a qual não concordamos. Esse horizonte de importação ou de transacção comercial ou mercantil proviria do Mediterrâneo oriental, em especial da região egeana.

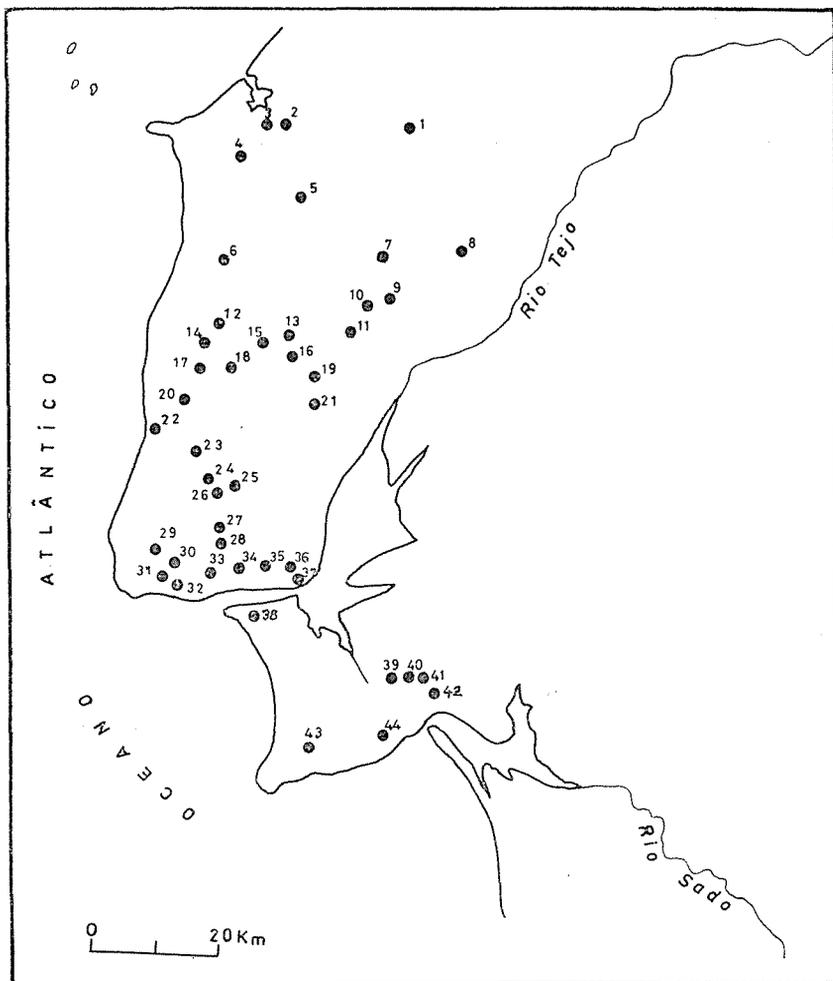


Fig. 1 — Castros da Estremadura

- 1—Castro de S. Martinho (Rio Maior); 2—Castro do Outeiro da Assenta; 3—Castro do Outeiro de S. Mamede; 4—Castro da Columbeira (Bombarral); 5—Castro de Pragança; 6—Castro do Pico Agudo (Vimeiro); 7—Castro do Outeiro do Cabeço; 8—Castro de Vila Nova de S. Pedro; 9—Castro de S. Mateus; 10—Castro da Achada; 11—Castro de Matacães; 12—Castro do Varatojo; 13—Castro da Fórnea; 14—Castro do Zambujal; 15—Castro da Boiaca; 16—Castro da Portucheira; 17—Castro do Vespeiro; 18—Castro do Barro; 19—Castro do Penedo; 20—Castro da Sarreira; 21—Castro da Ribaldeira; 22—Castro da Pedranta; 23—Castro do Monte do Cartaxo; 24—Castro do Montijo; 25—Castro de Olelas; 26—Castro de Cortegaça; 27—Castro da Serra das Éguas; 28—Castro da Espargueira ou Silveira; 29—Castro da Penha Verde (Sintra); 30—Castro dos Seteais; 31—Castro do Estoril; 32—Castro do Murtal e povoado da Parede; 33—Castro de Liceia; 34—Castro de Alfragide; 35—Castro de Carnaxide; 36—Montes Claros; 37—Casa Pia de Belém; 38—Castro da Alpena (Trafaria); 39—Castro da Fonte do Sol; 40—Castro de Chibanes; 41—Castro do Alto da Queimada; 42—Castro da Rotura; 43—Castro do Outeiro (Sesimbra); 44—Castro da Comenda.

Alguns autores como Afonso do Paço, E. Sangmeister, Beatrice Blance, etc., afirmam que as muralhas com cubelos redondos de Portugal na Idade do Cobre tem paralelos com as fortalezas de Tróia e de Chalandriani em Siros. Sobre este lugar diz Beatrice Blance: «Em Chalandriani o povoado ocupava o cimo dum escarpado monte, já naturalmente defendido pelas suas próprias vertentes, íngremes por todos os lados à excepção do lado N., onde o terreno desce suavemente até o mar». A entrada única fica entre duas torres, como em Vila Nova de S. Pedro e Zambujal. Existem em Chalandriani cinco torres e possivelmente uma sexta, que estão separadas de 4,5 m a 8 m e apresentam a forma semi-circular. Duas das torres comunicavam com a acrópole tal qual sucede no Zambujal. Podemos relatar ainda um grupo de fortalezas da fronteira egípcia das quais duas, as de Ikkur e Buhen, apresentam cubelos semicirculares.

Podemos concluir, pois, com Beatrice Blance, que o uso de bastiões ou cubelos com finalidade defensiva não era desconhecido na região do Mediterrâneo oriental, especialmente na região egeana. Chalandriani oferece-nos um paralelo muito aproximado com os nossos castros da Idade do Cobre, em especial os melhores conhecidos, como o de Vila Nova de S. Pedro e o do Zambujal. Este facto é confirmado por outros dados como a cerâmica, os alfinetes para cabelo, os vasos de perfumes e os ídolos aparecidos nas Cíclades. Estamos convencidos que a tradição das torres circulares ou semicirculares da Península, podem ter passado à Sardenha e às Baleares desenvolvendo-se aí em épocas mais modernas que podem ter ido até à Idade do Ferro. Esta mesma tradição deve ter perdurado, aperfeiçoando-se, na construção das muralhas e torres dos nossos castros do Noroeste Peninsular.

A partir do penúltimo período da fortificação nestes castros da Idade do Cobre assistimos, pois, a uma influência de povos mediterrânicos que buscavam os metais ocidentais, em especial os da Península, — o cobre primeiro e depois o estanho.

É em razão disto que no apogeu do cobre peninsular se assiste ao reforço defensivo dos castros das Penínsulas de Lisboa e de Setúbal com particular incidência nos castros do Zambujal

em Torres Vedras tão proficientemente explorado nos últimos anos pela equipa alemã do Prof. E. Sangmeister com Hermanfried Shubart e Leonel Trindade descobridor desta magnífica fortaleza.

Por outro lado podemos situar, sem qualquer dúvida, em Vila Nova de S. Pedro, a primeira oficina metalúrgica da época do cobre peninsular, assim como no Castro de S. Bernardo, em Moura, o esconderijo de fundidor, agora estudado, reforça a expansão da metalurgia peninsular primitiva na época lo cobre.

A organização primitiva destas fortalezas devia corresponder a um circuito amuralhado no alto dum monte onde a situação de alerta deveria ser a constante da vida daquela época. Estas primitivas muralhas eram simples e talvez sem cubelos ou torreões pois parece que estes surgiram no final da ocupação dos castros, já com a Idade do Cobre e em pleno campaniforme, pelo menos a complicação das últimas defensivas no castro do Zambujal isso parece indicar?

De início a necessidade de fortificação nos povoados litorais ou grandes embocaduras de rios parece ser justamente para obstar à invasão de povos vindos do mar e a arqueologia demonstra nesta época influências mediterrânicas, quer do Mediterrâneo oriental (Egeu), como norte africanas (Susa, Badarian, etc.).

Mais tarde, como acima se viu, assiste-se a uma grande complicação no sistema defensivo onde as fortificações mais modernas datadas da época campaniforme assentam em parte em fortificações mais antigas.

Estamos convencidos que não só o invasor estrangeiro determinou este sistema de fortificações defensivas mas também o sistema tribal que presidiu sempre aos aglomerados populaconais peninsulares a isso deve ter conduzido. E a verdade é esta: muito mais tarde, em plena Idade do Ferro, e, em especial, no Noroeste Peninsular, assiste-se ao mesmo fenómeno de divisão tribal que facilitou a conquista romana.

Todos os escritores antigos, que trataram dos povos da Península, são unânimes na citação da divisão tribal em que esta estava dividida. No ocidente do País, na Estremadura, nos montes selvagens da cordilheira ocidental, entre o Douro, o Tejo e Guadiana

nas serras de S. Pedro e Guadalupe a tribo dos *Vetões*, parentes próximos e aliados dos *Lusitanos*, era a mais importante. A região de Betúria, entre o Betis e o Guadiana a SW era habitada pelos *Celtas* e a NW pelos *Turdetanos* (*Túrdulos*). Outras tribos importantes habitavam a Península mas não interessam por agora ao nosso trabalho. Em todo o caso referiremos: os *Galaicos* habitantes da Galaecia (Galiza), os *Astures* (montanhas das Astúrias e Picos da Europa), os *Cantábricos*, os *Vascões* (*Bascos*), etc.

Na Lusitânia mais antiga podemos citar os *Túrdulos Veteres*, os *Transcudanos* e *Egaeditanos*, os *Paesures*, os *Turdetanos*, os *Grovii*, etc.

Por aqui se vê o que não seria a divisão tribal em épocas mais recuadas como na época dos castros da Idade do Cobre. Essa divisão tribal deveria ser ainda mais intensa e só assim se compreende a grande quantidade de castros-cidade.

Em nosso entender o sistema de fortificação no alto dos montes no Noroeste Peninsular que deu origem a que em cada monte se tope hoje com os restos duma citânia ou castro fortificado traduz a ideia da cidade-estado que floresceu na mesma época por todo o mundo mediterrânico. É bem notório que na maioria dos castros quer Neo-eneolíticos-Idade do Cobre, quer do Bronze-Ferro, não se poderia abrigar uma grande população. Certamente umas tantas famílias ou clans constituindo uma tribo pertenceriam a cada citânia ou castro e detinham próximo deles uns tantos terrenos de agricultura primitiva de pastorícia. A descoberta de enormes restos de fauna de grandes mamíferos como o boi e o cavalo associados a ossos de ovelhas ou de cabras bem demonstraram um intenso trabalho de pastorícia. Aliás é bem sabido que todos os povos montanheses foram em todas as épocas pastores. As grandes lutas dos lusitanos com o invasor romano foram em especial por causa da transumância pois os romanos com a sua conquista e organização social cortavam todas as possibilidades de vida aos povos castrejos, pastores, por excelência.

Daí o estado de alerta e inquietação que deveria reinar naquela época onde cada castro-estado detinha o poder duma área determinada que era vigiada noite e dia do alto da fortaleza. Este

estado constante de guerra entre as tribos ou castros-estado deixou os seus vínculos e veio assim até os castros da Idade do Ferro no Noroeste Peninsular.

As escavações arqueológicas nos castros nortenhos têm demonstrado esta preocupação de defesa constante e da vida quotidiana intramuros.

Na Idade do Cobre nas Penínsulas de Lisboa e de Setúbal a vida não se passava apenas fechada intramuros do castro, pois a arqueologia bem demonstra amplas relações com outros povos, não só próximos, como até de longínquas paragens. O comércio, intercâmbio e navegação na época era já bastante desenvolvido e, como exemplo, os produtos metalúrgicos do castro de Vila Nova de S. Pedro foram encontrados bastante longe no mundo mediterrânico de então.

As análises dos instrumentos de cobre encontrados em Portugal deram um cobre com elevada percentagem de arsénio o que levou alguns investigadores, menos versados em questões de metalurgia primitiva, a pensarem que os primeiros metalúrgicos peninsulares haviam juntado aquele metalóide ao cobre. Porém as análises dos minérios de cobre saídos da mina deram essa percentagem o que demonstra ser um facto de jazida mineira e não qualquer operação metalúrgica posterior. Pois justamente artefactos de cobre encontrados em diversas jazidas arqueológicas de além-Península, quando analisados, deram percentagens elevadas de arsénio o que parece demonstrar uma proveniência peninsular muito provavelmente do centro metalúrgico que era o Castro de Vila Nova de S. Pedro. E. Sangmeister, com quem estamos de acordo, emite essa opinião.

Alguns centros metalúrgicos da Idade do Cobre devem ter continuado pelas Idades do Bronze e do Ferro e a atestá-lo estão as descobertas de esconderijos de fundidor em várias localidades da Península incluindo a região dos castros.

Outros produtos seriam trocados e assim chegam ao solo peninsular o marfim, o âmbar e as matérias mais raras ainda como a fibrolite, a amazonite, a calaíte, a variscite, etc.

Mais tarde, em plena idade dos castros do noroeste, outros produtos chegam, como o vidro de pasta, o ferro e o seu segredo

de fabricação, a cerâmica exótica e até alguns cultos orientais como, por exemplo, o mitraico.

Em plena Idade do Cobre a questão do âmbar é um caso muito interessante e de flagrante intercâmbio internacional na época pois o âmbar vinha das margens do Báltico e hoje pode seguir-se bem o itinerário de antigo comércio pelos achados de armas e artefactos de cobre peninsulares que provieram certamente dos centros metalúrgicos daqui e que constituíam o principal material de troca com o âmbar.

Todas estas transacções se faziam pela navegação costeira e pelos grandes rios. A arqueologia subaquática veio demonstrar à saciedade esse longínquo comércio da antiguidade, quer no Mediterrâneo, quer no Atlântico ou Mar do Norte com infiltrações profundas nos grandes rios da Europa. O caso do naufrágio do Cabo Gelidónia veio provar, depois da devida escavação subaquática e do estudo do seu riquíssimo espólio, que o navio teria mercadejado no Egipto, na Síria, na Palestina, em Chipre, em Tróia, no Império Hitita em Creta e muito possivelmente na Grécia. Isto pouco nos indica sobre a rota do navio que muito bem poderia ter vindo da Península Ibérica. Podemos, no entanto, afirmar, e isso é que é muito interessante, que se trata duma nave que nos deu óptima informação sobre o comércio de há 3.000 anos em plena Idade do Bronze. Outro caso mais recente ainda como descoberta é o da navio mercante, também da mesma época, encontrado no antigo porto de Agde na foz do rio Herault, no sul da França. Um comércio marítimo tão desenvolvido já nesta época não nos pode deixar dúvidas que teria começado certamente já no começo da época dos metais, isto é, na Idade do Cobre.

Este panorama de transacção e comércio da Península e para a Península na primeira idade dos metais e idades subsequentes são bem demonstrativos dos cuidados com a defesa costeira e dos grandes rios, não só do estrangeiro, como da própria Península, dada a situação de cada castro ser, por assim dizer, uma cidade independente, um estado, que ora comerciava, ora guerreava o seu vizinho mais próximo, isto é, o outro castro-cidade.

Na realidade se nos debruçarmos sobre uma carta topográfica das Penínsulas de Lisboa e de Setúbal, por exemplo, verificamos

que todos os castros já conhecidos ou identificados se encontram muito perto do mar ou margens de grandes rios como o Tejo e o Sado. Mas em qualquer outro ponto é a mesma coisa veja-se, por exemplo, o rio Mondego com os castros de Santa Olaia, Ferrestelo ou Tavadede.

As necrópoles desses povos fortificados nunca ficavam longe do seu «habitat». Nalguns casos, como na Samarra, em Sintra a sepultura colectiva estava na margem direita da pequena enseada que ali existe e o castro ou «habitat» na margem esquerda no sítio da Pedranta. Mas em todo o mundo da Idade do Cobre sucede o mesmo, quer em Olelas, quer na Penha Verde, Palmela, Vila Chã, Barro ou Paimogo, etc., os povoados não estão muito longe. Nalguns casos do povoado ou castro via-se muito bem a necrópole e estamos convencidos que esta era guardada à vista por causa dos buscadores de tesouros que existiram mesmo na época das tumulações.

Em Alcalar, no Algarve, por exemplo, o túmulo n.º 7 explorado por Estácio da Veiga foi pilhado na época. Vê-se muito bem por onde entraram os ladrões de tesouros na cripta tumular que foi toda pilhada, pois um túmulo com aquela grandiosidade e cuidados de construção não revelou nem uma peça, o que não pode ser.

Nós mesmo já exploramos alguns túmulos da época dos castros da Idade do Cobre sem encontrarmos sinal de espólio tendo sido todo o seu conteúdo tumular revolido até os alicerces da construção funerária.

Este costume de vigiar a necrópole mantém-se pela Idade do Bronze. Vejam-se por exemplo, as necrópoles da Atalaia no Alentejo ou as da região de Ourique, ultimamente descobertas, que ficam muito próximo dos sítios de «habitat» fortificados. O mesmo se observa na Idade do Ferro e, em especial, na civilização castreja do noroeste. Na citânia de Briteiros o túmulo está na base do castro e absolutamente à vista dos antigos moradores. Nalguns casos, como revelou García y Bellido, chegaram a fazer enterramentos nos solos das próprias casas circulares, costume esse muito mais raro, no entanto.

Do exposto, muito embora o mais resumidamente possível, e expondo um ou outro ponto mais importante, verifica-se que desde, pelo menos, a Idade do Cobre que o sistema de castro-estado se mantém até a Idade do Ferro tendo atingido o seu auge com a civilização castreja no Noroeste Peninsular.

BIBLIOGRAFIA

- JOHN C. ALLAN — «A mineração em Portugal na antiguidade», *Bol. de Minas*, vol. 2, n.º 3, Lisboa, 1965.
- GEORG F. BASS — «Arqueologia sub-aquática», *Historia Mundi, Editorial Verbo*, Lisboa, 1969.
- BEATRICE BLANCE — «Sobre o uso de torreões nas muralhas e recintos fortificados», *Revista de Guimarães*, vol. LXVII, n.º 1-2 Guimarães, 1957.
- S. CLARKE — «Ancient Egyptian Frontier Fortress», *Journal of Egyptian Archaeology*, vol. 3, 1916.
- O. DA VEIGA FERREIRA — «Acerca da presença de arsénio em instrumentos primitivos encontrados em Portugal», *Bol. de Minas* n.º 12, Lisboa, 1961.
- «La culture du vase campaniforme au Portugal», *Mem. Serv. Geol. de Portugal*, n.º 16, Lisboa, 1966.
- e S. DA VEIGA FERREIRA — «A vida dos lusitanos no tempo de Viriato», *Editorial Polis*, Lisboa, 1969.
- «La metallurgie primitive au Portugal pendant l'époque chalcolithique», *VI Congresso International de Minería*, Léon, 1970, I vol.
- «O esconderijo do fundidor do castro de S. Bernardo (Moura); *O Arqueólogo Português*, série III, vol. V, Lisboa, 1971.
- S. JUNGHANS, E. SANGMENSTER e SCHROEDER — «Studien zuden aufaegen des metallurgie», I. 1960.
- S. JUNGHANS e AL. — «Metallanalysen kupferzeitlicher und frub-bronzezeitlicher bodefunde aus Europe», Berlim, 1960.
- VERA LEISNER e H. SCHUBART — «Die kupfezeitliche befestigung von Pedra de Ouro-Portugal», *Madri der Mitteilungen*, vol. 7, Madrid, 1966.
- JEAN MARÉCHAL — «Reflections upon prehistoric metallurgy», Lammsdorf, 1963.
- R. MONTEIRO, G. ZBYSZEWSKI e O. DA VEIGA — «Nota preliminar sobre a Lapa pré-história do Bugio (Azoia-Sesimbra). *II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra, 1971.
- A. DO PAÇO e E. SANGMEISTER — «Castro de Vila Nova de S. Pedro — VIII campanha de escavações de 1955 (19.ª). *Arqueologia e História*, 8.ª série, vol. VII, Lisboa, 1956.
- «*Germania*», t. 34, 1956.

- AFONSO DO PAÇO — «Trabalhos de arqueologia de Afonso do Paço» (1929-1968), vol. I, *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1970.
- E. SANGMEISTER, H. SCHUBART e L. TRINDADE — «Escavações na fortificação eneolítica do Zambujal «1968», *O Arqueólogo Português*, série III, vol. IV, Lisboa, 1970.
- H. N. SAVORY — «Spain and Portugal — the prehistory of the iberian peninsula», *Thames and Hudson*, London, 1968.
- H. SCHUBART, O. DA VEIGA FERREIRA e J. DE ALMEIDA MONTEIRO — «A fortificação eneolítica da Columbeira-Bombarral», *O Arqueólogo Português*, série III, vol. III, Lisboa, 1969.
- C. TAVARES DA SILVA — «O povoado pré-histórico da Rotura — notas sobre a cerâmica», *II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra, 1971.
- KONRAD SPINDLER — «Die kupferzeitliche siedlung von Penedo — Portugal», *Madriider Mitteilungen*, vol. 10, Madrid, 1969.
- C. ZERVOS — «La civilization de la Sardaigne», Paris, 1964.





Fig. 2 — Duas obras-primas em cerâmica da cultura do campaniforme na Península — Estação de Acebuchal (Sevilha), por obséquio do Metropolitan Museum de Nova Iorque.

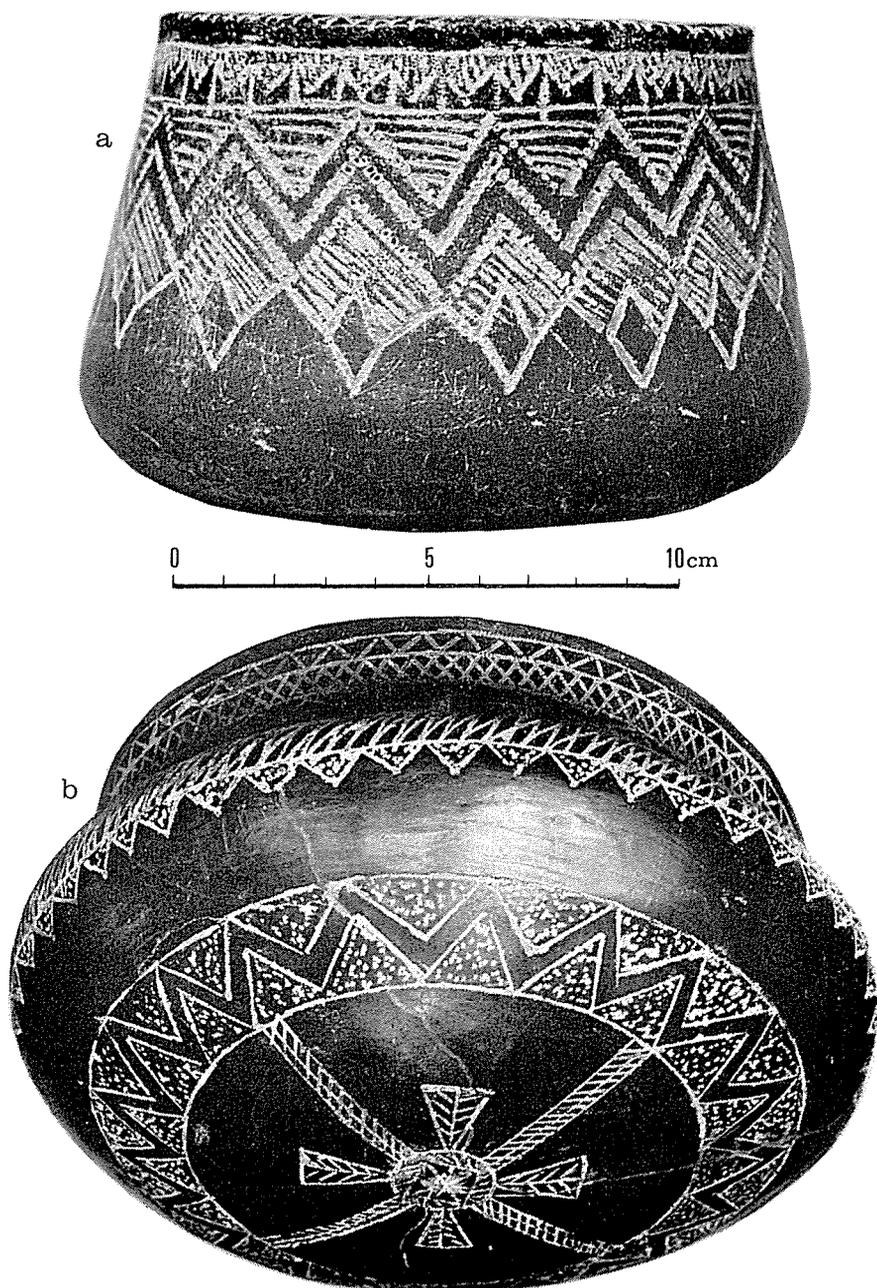


Fig. 3 — Idem da mesma proveniência dos exemplares da fig. 2.



Fig. 4 — a e c — Idem da mesma proveniência. b — ídolo de calcário proveniente da sepultura megalítica de Casinhos (Fanhões).

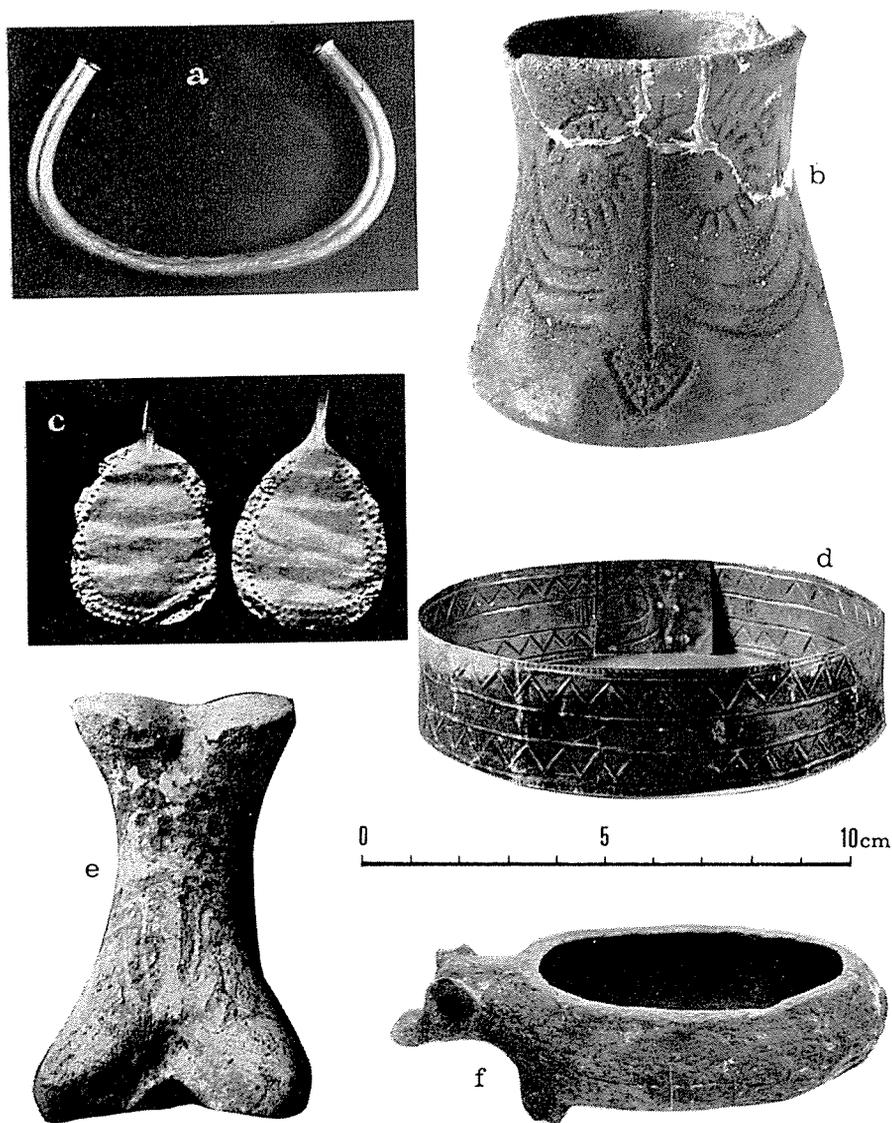


Fig. 5 — a — Bracelete de ouro do Cerro das Antas (Ourique); b — Vaso com olhos «tipo Almeria» da «Tholos» do Monte do Outeiro (Aljustrel); c — Brincos de ouro da Gruta artificial de Ermegeira; d — Diadema de ouro da sepultura da Águia Branca (Ota); e — Ídolo-falange gravada com olhos da Lapa da Bugalheira (Torres Novas); f — Vaso zoomórfico da Gruta do Carvalho (Turquel).

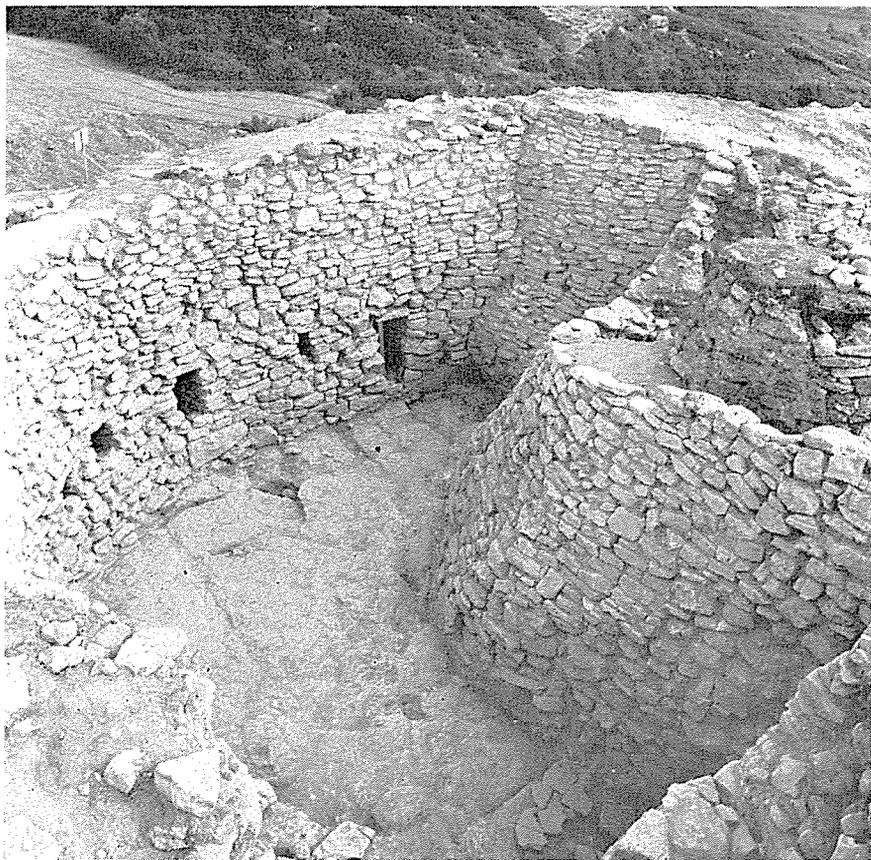


Fig. 6 — Tipo de muralha e cubelo defensivo do período do apogeu da cultura do campaniforme da Península de Lisboa (Castro do Zambujal — Torres Vedras).